



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS, URBANIZAÇÃO E
TRANSPORTES

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de 01 (uma) motobomba a diesel, incluindo o fornecimento em perfeitas condições de uso, manual do usuário em português e relação da rede de assistência técnica autorizada, conforme especificações técnicas detalhadas no item 3 deste Termo de Referência.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como **comuns**, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação será o necessário para o cumprimento integral do objeto e demais obrigações pós-entrega, contado a partir da assinatura do contrato ou instrumento equivalente, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos visa suprir a necessidade da Secretaria Municipal de Obras Públicas, Urbanização e Transportes na execução de atividades essenciais de drenagem e pavimentação, como desentupimento de redes e lavagem de ruas.

2.2. O objeto da contratação **Não** está previsto no Plano de Contratações Anual

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo demonstra que a motobomba deve ser capaz de operar de forma eficiente nas condições climáticas e operacionais do Município, com durabilidade e facilidade de manutenção.

3.2. Especificação do Produto (Motobomba a Diesel):

- **Tipo:** Motobomba a Diesel
- **Motor:** 04 tempos
- **Combustível:** Diesel
- **Consumo na potência máxima:** Aproximadamente 1,4 litros por hora
- **Autonomia:** 02 horas e 30 minutos com um tanque
- **Potência:** 9hp com 406cc
- **Capacidade do Tanque:** 5,5 litros
- **Óleo do Câter:** 600ml SAE/15W40
- **Sensor de Câter:** Sim



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS, URBANIZAÇÃO E
TRANSPORTES

- **Ignição:** CRDI
- **Sistema de Partida:** Manual
- **Vazão Máxima:** 64m³ ou 64.000 Litros por hora
- **Sucção Máxima:** 07 metros
- **Tempo de Sucção:** 01 minuto
- **Coluna d'água:** 25mca
- **Sistema:** Autoescorvante
- **Finalidade:** Utilização em atividades de drenagem, desentupimento de rede, lavagem de rua para aplicação de asfalto e pavimentação.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade 4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. O Contratado deverá apresentar comprovante de que o equipamento atende às normas de emissão de poluentes aplicáveis para motores a diesel, se houver.

4.1.2. O fornecimento deverá incluir orientações sobre o descarte adequado do óleo do cárter e de outros resíduos resultantes da manutenção da motobomba.

4.1.3. O equipamento deve ser de baixo consumo de combustível, conforme especificado, visando à economicidade e à redução de impactos ambientais.

Indicação de marcas ou modelos

4.2. Na presente contratação, não será indicada marca ou modelo específico. As especificações técnicas detalhadas visam a garantir a qualidade e o desempenho desejados, sem restringir a competitividade. Qualquer marca ou modelo que atenda integralmente às especificações descritas será aceito.

Da vedação de contratação de marca ou produto

4.3. Diante de eventuais processos administrativos anteriores que comprovem que produtos adquiridos não atendem a requisitos indispensáveis, a Administração reserva-se o direito de vedar a contratação de marcas ou produtos específicos, o que será formalmente comunicado, se aplicável, no edital.

Da exigência de amostra

4.4. Havendo aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá encaminhar a foto do equipamento junto a especificações técnicas para análise. A data, local e horário de sua realização serão divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS, URBANIZAÇÃO E
TRANSPORTES

4.5. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade na amostra: conformidade com todas as especificações técnicas descritas no item 3.2, funcionamento adequado do sistema autoescorvante, verificação de potência e vazão conforme dados do fabricante e selos de conformidade.

4.6. Após aprovação quando for encaminhado o empenho, o material deverá ser entregue no Setor de Almoxarifado, Rua Coronel Francisco Limongi, 125, Centro, São José do Vale do Rio Preto – RJ. CEP: 25780-000, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis após a solicitação, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

4.7. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação fundamentada do interessado, aceita pela Administração, antes de findo o prazo.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega da motobomba é de **15 (quinze) dias úteis**, contados da data do recebimento da Nota de Empenho pelo Contratado, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 3 (três) dias úteis de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. O bem deverá ser entregue no **Setor de Almoxarifado, Rua Coronel Francisco Limongi, 125, Centro, São José do Vale do Rio Preto – RJ. CEP: 25780-000**, no horário das 09:00 às 16:00 horas, de segunda a sexta-feira, em dias úteis.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia legal é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.5. O prazo de garantia contratual da motobomba, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, **12 (doze) meses**, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto. O fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado caso o prazo do fabricante seja inferior ao exigido.

5.6. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva da motobomba pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.7. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS, URBANIZAÇÃO E
TRANSPORTES

padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.8. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição da motobomba que apresentar vício ou defeito no prazo de até **10 (dez) dias úteis**, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração.

5.9. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos, se a inoperância do equipamento original causar prejuízo ao serviço público.

5.10. O custo referente ao transporte do equipamento coberto pela garantia (ida e volta para reparo ou substituição) será de responsabilidade do Contratado.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, conforme designados pela Secretaria de Obras.

6.3. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, assegurando os melhores resultados. Anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências e, identificando qualquer inexistência ou irregularidade, emitirá notificações para a correção da execução, determinando prazo razoável.

6.4. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes.

6.5. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou emprego de material inadequado.

6.6. O Gestor do Contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização, acompanhará os registros dos fiscais, verificará a manutenção das condições de habilitação para fins de pagamento e emitirá documento comprobatório da avaliação do desempenho do Contratado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS, URBANIZAÇÃO E
TRANSPORTES

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções, sem prejuízo da reparação integral do dano causado e cumulativamente com a multa, quando couber:

- a) **Advertência:** Para infrações leves que não justifiquem penalidade mais grave, como a prevista no item 7.1.a, quando não houver prejuízo significativo.
- b) **Impedimento de Licitar e Contratar:** Pelo prazo máximo de 3 (três) anos, aplicada ao responsável pelas infrações previstas nos itens 7.1.a, 7.1.b, 7.1.c e 7.1.d, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- c) **Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar:** Pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, aplicada ao responsável pelas infrações previstas nos itens 7.1.e, 7.1.f, 7.1.g e 7.1.h, bem como pelas infrações previstas nos itens 7.1.b, 7.1.c e 7.1.d que justifiquem penalidade mais grave, conforme Art. 156, §5º da Lei nº 14.133/2021.

7.3. **Multas:** As multas serão calculadas sobre o valor total do contrato ou da parcela inadimplida, conforme a gravidade da infração, observados os limites legais entre 0,5% e 30% do valor do contrato, conforme Art. 156, §3º da Lei nº 14.133/2021:

7.3.1. **Multa Moratória:** * Por atraso injustificado na entrega do objeto ou no início de sua execução: **0,1% (zero vírgula um por cento)** ao dia sobre o valor da parcela inadimplida, limitada a **10% (dez por cento)** do valor do contrato. * Por atraso injustificado na apresentação, suplementação ou reposição da garantia: **0,07% (sete**



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS, URBANIZAÇÃO E
TRANSPORTES

centésimos por cento) ao dia sobre o valor total do contrato, até o máximo de **2% (dois por cento)**. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para estas providências autoriza a extinção do contrato.

7.3.2. Multa Compensatória: * Para inexecução parcial do contrato (7.1.a) sem grave dano: **5% (cinco por cento)** do valor da parcela inadimplida. * Para inexecução parcial do contrato com grave dano (7.1.b) ou retardamento injustificado (7.1.d) que prejudique a Administração: **15% (quinze por cento)** do valor do contrato. * Para inexecução total do contrato (7.1.c) ou fraude (7.1.e, 7.1.f, 7.1.g, 7.1.h): **25% (vinte e cinco por cento)** do valor do contrato.

7.4. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento 8.1. A motobomba será recebida provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato.

8.2. O bem poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituído no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto a dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.5. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do bem nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

8.6. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá no prazo de **20 (vinte) dias úteis** para fins de liquidação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS, URBANIZAÇÃO E
TRANSPORTES

8.7. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais.

Prazo de pagamento

8.8. O pagamento será efetuado no prazo de até 20 a 30 **dias úteis** contados da finalização da liquidação da despesa.

Forma de pagamento

8.10. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em conta indicada pelo Contratado.

8.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Em 18 de dezembro de 2025,

Atenciosamente,

PEDRO EDUARDO TROTTI DE CASTRO

Secretário Municipal de Obras Públicas,

Urbanização e Transportes